

**O refluxo da Maré Rosa e o impasse do chavismo na Venezuela - Número
138 - 10/2015 - [81-87]**

Contrariando as previsões amplamente veiculadas na mídia nacional e internacional, que alertavam sobre movimentações golpistas na caserna chavista, minutos após o lançamento dos primeiros resultados por parte do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), o presidente venezuelano Nicolás Maduro veio a público reconhecer a derrota do governo nas eleições legislativas, realizadas em 06 de dezembro. Os resultados foram acachapantes, a coalizão opositora Mesa de Unidade Democrática (MUD) obteve 65,27% dos votos, enquanto o *Gran Polo Patriótico* (GPP)[1], aliança de partidos criada para apoiar a Revolução Bolivariana, logrou apenas 32,93%. Os números garantem à MUD a maioria qualificada, necessária para a aprovação de mudanças constitucionais e de um referendo revogatório que poderia permitir o afastamento do atual presidente da República[2].]

Este não é um projeto secreto dos opositoristas, mas o encaminhamento abertamente apontado por seu principal líder, o governador de Miranda, Henrique Capriles Radonski, em sua primeira coletiva de imprensa após a divulgação dos boletins eleitorais. “O resultado deste domingo é um resultado esmagador contra a cúpula. Se o governo não mudar, teremos que mudar o governo (...) No primeiro trimestre do próximo ano é preciso haver algum tipo de desenlace ou, se não houver nenhuma solução, será preciso promovê-la dentro dos marcos da Constituição[3]”. A declaração faz alusão aos Mecanismos de Democracia Direta (MDD), introduzidos na Constituição Bolivariana de 1999, que contemplam a possibilidade de convocar os cidadãos para decidirem sobre a revogação do mandato de qualquer representante eleito.

Ironicamente, tais dispositivos, inicialmente criticados pelos detratores do chavismo, acabaram se transformando na principal estratégia daqueles que desejam derrubar o governo dentro dos limites da legalidade. Por duas vezes a oposição foi capaz de reunir os requisitos necessários para instaurar o processo de referendo revogatório, que foi conduzido pelas autoridades chavistas em conformidade com os procedimentos estabelecidos na legislação eleitoral. Em ambas as ocasiões (2004 e 2007), a população frustrou as expectativas dos opositoristas, ratificando a intenção de permanecer sob o comando de Hugo Chávez. O César era aclamado pelo Demos. Eram outros tempos.

Ainda assim, cabe ressaltar que os Mecanismos de Democracia Direta compõem o núcleo normativo da Carta Bolivariana, forjada à luz de um entendimento participativo do ideal democrático, no qual ao poder constituinte e ao cidadão comum são conferidos o papel de protagonistas do sistema política. Na prática essa disposição participativa encontrou pouco espaço dentro do *Estado Mágico*, conceito cunhado por Fernando Coronil, para interpretar o país a partir de sua estrutura político social que se caracterizaria pelo centralismo, pelo rentismo e pelo hiperpresidencialismo. Como indicado

pelo autor em 1997, data de publicação de *El Estado Mágico: naturaleza, dinero y modernidad na Venezuela*, estes elementos precedem a chegada de Hugo Chávez ao poder. Porém, quando associado aos MDD e a uma retórica populista – que se organiza através da divisão entre o povo (os pobres, parcela identificada com o chavismo) e a elite (identificada com a oposição) – este Estado Mágico assume a feição de um César.

Nesta configuração, o princípio participativo se degenera e o sistema político venezuelano ganha contornos de uma Democracia Plebiscitária, na qual a aclamação do líder confere legitimidade a movimentos que ultrapassam os limites de um regime democrático de tipo liberal-representativo. O interessante é observar como os feitiços do antigo *Mago* serão usados por seus detratores e como um sistema hiperpresidencialista, em cujo poder encontra-se concentrado nas mãos do Executivo Nacional, poderá conviver com um Legislativo insubordinado, liderado pela oposição.

Ao perceber-se diante desta possibilidade, quando as pesquisas já demonstravam a inevitabilidade da derrota, o frágil herdeiro do cetro chavista, escolhido às pressas em função do agravamento da doença de seu antecessor, deixou de lado a estratégia cesarista aventada quinze dias antes. “Se chegar a acontecer essa hipótese negada, rejeitada, transmutada e sepultada [de não conseguir a vitória], estou cerebralmente, espiritualmente, politicamente e militarmente preparado para assumi-la. Lanço-me à rua com o povo. Somos milhões, um bloco compacto de revolucionários”, chegou a ameaçar Maduro em uma coletiva de imprensa, em 16 de novembro, antes de mudar drasticamente de posição dias depois. Em 26 de novembro, o mandatário assinou um documento que estabelecia o compromisso de reconhecer sem contestação o resultado oficial da eleição parlamentar de 6 de dezembro. “Respeitamos o árbitro eleitoral e sabemos dos tremendos avanços do sistema eleitoral que permitiram blindar a vontade popular como nunca antes nestes últimos 17 anos”, assegurou Maduro, em referência ao período em que o chavismo está no poder sem jamais contestar resultados eleitorais, mesmo quando eles não lhes foram favoráveis.

A despeito disso, muitos se surpreenderam quando, em sua exortação após tomar conhecimento de que o PSUV seria minoria na Assembleia, o presidente enfatizou a necessidade de autocrítica reconhecendo os problemas no governo e declarando a intenção de reunir-se com os novos deputados eleitos para que juntos possam buscar “pontos de encontro”. Maduro também reafirmou o apelo aos próximos deputados para um “diálogo nacional”, incluindo os representantes da MUD. “Estou lhes estendendo a mão, quero conhecê-los, saber das suas propostas e pedir a colaboração constitucional para que possamos trabalhar”[4].

Isso não significa, contudo, o fim da polarização na Venezuela, nem mesmo a possibilidade de um retorno dos discursos de harmonia social, que caracterizaram o período conhecido como *IV República*, que se estende do fim da ditadura Pérez Jimenista, em 1958, à derrogação da Carta *puntofijista* de 1961, pela Constituição Bolivariana de 1999. Em seus momentos iniciais,

as ideias de harmonia e união nacional foram alçadas ao núcleo normativo do regime, cujo ato de fundação remonta ao Pacto de *Punto Fijo*, assinado entre as lideranças dos partidos social democratas Ação Democrática, COPEI e URD. Neste acordo, seus representantes configuraram um regime de alternância de poder, proscrevendo as alternativas radicais à esquerda, identificadas com a luta de classes e, portanto, com a crítica à retórica da harmonia e unidade nacional.

Isto porque, embora fosse possível observar nas declarações de alguns membros da oposição a ênfase na unidade e na conciliação, uma breve análise dos eventos que antecedem seu recente sucesso eleitoral permite compreender que esses atos de fala não visam superar a divisão do país entre chavistas e seus críticos, mas sim sanar as fraturas internas da própria MUD. Deste modo, cabe destacar que a vitória lograda no 6-D, como os venezuelanos denominaram o pleito realizado em 6 de dezembro, não é simplesmente a vitória da oposição, mas o triunfo de um grupo particular, comandado por Radonski, e a subsequente derrota da ala rival, capitaneada por Leopoldo López e Maria Corina Machado. Estes últimos, figuram como líderes do movimento *La Salida*, que, no início de 2014, iniciaram uma série de manifestações em favor da deposição de Maduro, dando origem a um conjunto de eventos que resultaram em mais de 43 mortes.

Sendo assim, é interessante observar nestes episódios um marcador que já sinalizava uma possível mudança nos rumos da Revolução Bolivariana, tendo em vista a resposta relativamente conciliadora de Maduro. Pois, mesmo tendo reprimido militarmente o levante e prendido seus líderes políticos, em maio do mesmo ano, o presidente convidou os representantes da oposição para uma rodada de diálogo, acompanhada por mediadores internacionais, com o propósito de instaurar agenda comum. Após o imediato declínio dos membros da ala radical, Henrique Capriles aceitou o convite e, desde então, vem lutando para consolidar sua liderança frente aos desafios impostos pela disposição pouco coesa do bloco opositor.

A Mesa de Unidade Democrática é mais fragmentada do que seu nome pode sugerir, sendo palco da disputa entre os líderes de ambos os blocos que se organizam em diferentes agremiações, dentre as quais cabe citar: *Primero Justicia* (PJ), criado em 2000 e comandado por Radonski, o partido é o grande vitorioso do último pleito, com 33 deputados eleitos; *Acción Democrática* (AD), fundado em 1941 o partido era a principal força do regime *puntofijista*, estando à frente da Presidência da República por diversas vezes[5]; *Un Nuevo Tiempo*, liderado por Manuel Rosales[6], ex-prefeito de Maracaibo (1996-2000) e ex-governador do rico estado de Zulia (2000-2008), de onde provêm a maioria dos 21 deputados eleitos pelo partido e, por fim; *Voluntad Popular* (VP) fundado por Leopoldo López, no ano de 2009, em um movimento de ruptura com a ala moderada da oposição, organizada em torno do PJ. Com 14 deputados eleitos, o VP é o polo de aglutinação dos líderes radicais da oposição e tem como principal plataforma a anistia aos políticos presos durante os governos de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, entre os quais está o seu fundador e principal liderança, condenado a 14 anos de

cárcere por incitação à violência.

Acusado de comandar a insurreição de 2014, López é o principal rival de Radonski que – embora tenha participado ativamente do golpe orquestrado pela oposição em 2002 – se posicionou de modo crítico ao movimento *La Salida*, defendendo a estratégia eleitoral como forma de derrotar o chavismo. Diante deste panorama, é interessante observar que a alternância entre as estratégias insurrecional (golpistas) e eleitoral (legalista) é uma característica que marca os setores contrários à Revolução Bolivariana desde sua origem. A variação entre ambas, todavia, obedece menos a motivações principiológicas do que nos faz supor os discursos de Capriles em prol dos marcos constitucionais. Quando derrotada nas urnas, a oposição contesta os seus resultados e coloca em questão a legitimidade das instituições, postulando a inevitabilidade de uma ruptura constitucional. Quando volta a vislumbrar a possibilidade de uma vitória eleitoral, esses discursos radicais são postos de lado em favor do respeito à Constituição (em particular aos mecanismos de revogação de mandatos)[7].

É diante desse panorama que devem ser compreendidas algumas declarações, como, por exemplo, a de Lilian Tintori esposa de Leopoldo López. “Ganhamos! Queremos paz e reconciliação”[8], afirmou Tintori sinalizando o desejo de se aproximar da ala moderada – que, por sua vez, não deixou de sinalizar que foi a grande vencedora. “O caminho mais longo termina sendo o mais curto. Hoje, a força do voto derrotou democraticamente um governo antidemocrático”, tripudiou Júlio Borges – coordenador nacional do PJ[9].

Do mesmo modo, devem ser compreendidas as afirmações de outros setores, que não integram o núcleo oposicionista original. É o caso de líderes políticos e cidadãos ligados a setores da esquerda e mesmo ao chavismo. É o caso de Jesús Torrealba, antigo militante do PCV que se tornou secretário executivo da MUD em 2014, após a renúncia de Guillermo Avelledo[10]. Diante da vitória, Torrealba se dirigiu aos cidadãos que apoiam o governo e os conclamou a trabalhar pela mudança, afirmando que “neste projeto cabem todos”[11].

Neste contexto sobressai o crescimento dos chamados *Ni-Ni*, o grupo de cidadãos que não se identificam com nenhum dos blocos que desde 1998 disputam a hegemonia no país. Segundo Nicmer Evans, um dos fundadores do grupo *Marea Socialista*, criado por integrantes da Juventude do próprio PSUV, há uma crise de hegemonia também dentro dos blocos, estimulando a criação de novos movimentos, críticos ao tipo de liderança que caracteriza as cúpulas do chavismo e da oposição, cujo propósito é representar aqueles que não se identificam com ambas. “Em 100% dos eleitores, o maior grupo é definido como *Ni-Ni*, 40% dentro de chavismo não é identificado com as políticas de Maduro e, na oposição 35%, não está com a MUD. Ou seja, 75% não reconhecem a liderança atual[12].

A criação do *Marea* – que ainda não pode ser chamado de partido por ter seu

registro negado pelo Conselho Nacional Eleitoral – é emblemática para a compreensão da derrota eleitoral do PSUV. Em seu documento de formação, o grupo se declara socialista e chavista, rejeitando que seu propósito seja dividir o legado bolivariano, mas sim denunciar sua cúpula atual. Entre os nomes que integram o movimento estão alguns personagens históricos, companheiros de Hugo Chávez desde o mal sucedido golpe perpetrado em 1992, contra o governo de Carlos Andrés Pérez.

Nesta lista, cabe destacar Luis Bonilla-Molina, autor de *La historia de la Revolución Bolivariana*[13] e um dos mais destacados intelectuais do bolivarianismo. Também se identificam com o grupo o ex-ministro da Planificação e personagem histórico do chavismo Jorge Giordani, exonerado em 2014 por Nicolás Maduro, após criticar a política monetária e cambial do governo. À exoneração de Giordani, seguiu-se a de Héctor Navarro, que manifestou sua solidariedade ao colega em carta pública e foi suspenso de seu cargo de diretor do PSUV.

Giordani e Navarro atuaram junto a Chávez na elaboração da Agenda Alternativa Bolivariana. Levado à público em julho de 1996, o manifesto reunia as bases econômicas, políticas e ideológicas do chavismo. A perseguição dos dois personagens é um forte sinal do declínio da influência da ala marxista radical e da falta de coesão do PSUV.

É interessante observar que a crise do chavismo é mais um indício de refluxo da Maré Rosa que, no início do século XXI, inundou a América Latina com anseios de mudança. Uma década depois da Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, o cenário econômico, político e social é completamente distinto. Na ocasião, uma nova elite política capitaneada por Hugo Chávez, Lula e Néstor Kirchner, rejeitava à iniciativa de formação de uma Área de Livre Comércio que englobasse os Estados Unidos, enquanto potência hegemônica e símbolo de uma trajetória histórica comum de dependência. Este esforço conjunto para demarcar a autonomia dos povos da região correspondia aos anseios de grupos sociais historicamente excluídos que viam nessas lideranças a chance de terem seus interesses e identidades representados na esfera pública, até então dominada por membros de uma elite econômica que remonta aos tempos da colonização. Essa crença se encontra abalada.

A tibieza desses novos líderes em conduzir reformas que realmente transformassem essa estrutura de exclusão e dependência, em favor de uma opção imediatista de distribuição e estímulo ao consumo, tornou-os excessivamente vulneráveis à manutenção desses repasses. Faltou um esforço para conquistar a fidelidade de suas bases sociais, despertando sua consciência política e mantendo seu envolvimento nos processos decisórios. Diante da desaceleração do crescimento, motivada pela redução nos preços das commodities no mercado internacional e da subsequente redução no montante disponível para estimular a economia, essa fidelidade foi posta em xeque. Abriu-se uma janela de oportunidade as elites tradicionais, desconfortáveis com a presença de novos personagens em uma esfera

política, que, até a ascensão destas novas lideranças, lhes era exclusiva.

O que virá não é novidade, mas uma reedição da investida neoliberal e dos discursos de austeridade que marcaram o final do século XX. Assim como no passado, os cortes nos gastos públicos e a redução dos investimentos agravarão a crise econômica, enquanto o subsequente aumento do desemprego agravará a crise social e política. No entanto, como jamais nos deixarão esquecer as primeiras frases do 18 Brumário[14], a história só acontece uma vez como tragédia. Depois superada a apatia e disseminados os anseios de inclusão política e social será difícil retornar ao patamar de resiliência e submissão anterior.

Mayra Goulart

[1] O principal partido do GPP é o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), criado por Hugo Chávez em 2006, ao qual se uniram, para o pleito de 2015, outras 31 agremiações, dentre as quais cabe destacar: o Partido Comunista da Venezuela (PCV), Unidad Popular Venezolana (UPV), o Patria Para Todos (PPT), o Movimiento Tupamaro de Venezuela, o Movimiento Electoral del Pueblo (MEP), Independientes por la Comunidad Nacional (IPC), REDES, Por la Democracia Social (PODEMOS), Corrientes Revolucionarias Venezolanas (CRV).

[2] Segundo o artigo 72º da Constituição da República Bolivariana da Venezuela, todos os cargos eleitos podem ser objeto de revogação, após decorrida a metade de seu mandato. Para isso, é necessário que um número não menor do que 20% dos eleitores inscritos na circunscrição eleitoral que o elegeu solicitem a convocação de um *referendo revogatório* e um número não menor do que 25% dos inscritos nesta mesma circunscrição participem da votação. Cumpridos estes requisitos, o mandato será revogado, caso esta seja a opção de um número absoluto cidadãos superior àquele que originalmente elegera a autoridade em questão.

[3] Ver:

http://internacional.elpais.com/internacional/2015/12/09/america/1449625475_281441.html

[4] Ver:

http://internacional.elpais.com/internacional/2015/12/09/america/1449633338_743523.html?rel=lom

[5] Eram membros da AD os presidentes: Romulo Betancourt (1945-1948, 1959-1964); Rómulo Gallegos (1948 -1948); Raul Leoni (1964-1969); Carlos Andres Perez (1974-1979, 1989-1993); Jaime Lusinchi (1984-1989).

[6] Rosales foi candidato às eleições presidenciais de 2006, quando foi derrotado por Chávez. Em 2008, o então prefeito de Maracaibo, foi acusado de enriquecimento ilícito, ao ser condenado, em 2009, solicitou asilo político

ao Peru, onde permaneceu até 2015, quando regressou à Venezuela, sendo imediatamente preso pelas autoridades nacionais.

[7] A esse respeito, é ilustrativa a história da Coordenadora Democrática, a antecessora da MUD. Fundada em 2002, após a derrota do golpe orquestrado contra Hugo Chávez, a entidade foi a principal responsável pela organização do referendo revogatório de 2004, tendo sido desfeita após a vitória eleitoral de Chávez, cujo mandato foi ratificado por mais de 59% dos votantes.

[8] Ver:

http://internacional.elpais.com/internacional/2015/12/07/america/1449468391_628397.html

[9] Idem.

[10] A renúncia de Aveledo foi motivada pelo impasse entre os setores oposicionistas acerca da participação nas rodadas de diálogo, propostas pelo governo após os episódios de violência.

[11] Idem.

[12] Ver: <http://elestenoticias.com/psuv-conducido-por-maduro-sufre-primera-division>.

[13] Bonilla-Molina, Luis, and Haiman El Troudi (2004). *Historia de la revolución bolivariana*. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información.

[14] Marx, K. (1990). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo Editorial.